

POR UMA LEITURA DO APARELHO LIMINAR

Heda Maciel Caminha
PUCRS

A publicação dos *Prefácios de romances brasileiros* e os contatos estabelecidos com a Universidade Católica do Chile, a Universidade Nacional da Buenos Aires e a Universidade Católica do Uruguai nos impeliram a apresentar alguns princípios que possam nortear a investigação do que chamamos de aparelho liminar. Em nossa exposição estarão presentes ecos de todos aqueles a quem recorreremos na busca de um alargamento da questão como, por exemplo, Gérard Genette, Henri Mitterand, Claude Duchet e tantas outras fontes bibliográficas que fomos descobrindo no garimpo que nos é tão familiar.

Rastreando a proposta de Gérard Genette, consideramos paratexto o conjunto de fenômenos literários e editoriais negligenciado pela crítica. O paratexto efetua a passagem do imaterial do texto ao material da obra. Pode ser, assim, uma zona de transição/transação, espaço onde o essencial pode ocorrer, posto que sua função é pragmática e estratégica. A relação entre texto e paratexto é de dependência: o 1º não pode existir sem o segundo, posto que não há — e não podemos imaginar — um texto que possa existir desprovido dos elementos paratextuais que constituem o seu aparelho liminar: títulos, capas, orelhas, prefácios, posfácios, epígrafes, dedicatórias, etc.

Para descrever os elementos paratextuais, Genette sugere a utilização de quatro parâmetros: o primeiro, *espacial*, diz respeito

ao lugar onde se encontra o elemento: ao redor do texto — perigráfico; no contexto da obra — página, intertítulos; no extratextual — comentários que se inserem no paratexto, tais como citações de crítica ou correspondência; o segundo, *temporal*, considera o momento de produção e de recepção. No que se refere à produção, os elementos paratextuais podem ser produzidos antes, ao mesmo tempo ou depois da publicação; do ponto de vista da recepção, não devemos confundir recepção com destinação; o terceiro parâmetro, *ontológico*, responde à pergunta: em que consiste o paratexto? É texto, mas também ilustrações. Aqui, considera-se o estado material, a apresentação do texto e a variação de sua significação; a pertença a um ciclo ou a um conjunto de obras e a pertença arquiteitual; o quarto, o *pragmático*, ocupa-se: 1. do destinatador que pode ser, a grosso modo, autoral, semi-autoral — obras de diversos autores prefaciada por apenas um deles —, ou alográfico; 2. do destinatário e das várias instâncias receptoras explícitas e implícitas; 3. do grau de autoridade: oficial ou oficioso, da força ilocutória da indicação paratextual. A funcionalidade/ficionalidade desses elementos não são necessariamente vender, fazer sucesso, mas encontrar um verdadeiro público.

Os *tituladores* ou aparelho titular é um dos elementos essenciais do paratexto. A relação título/texto pode ser de diferentes ordens: redundante, pertinente, enigmática, antifrasal. . . Quanto à função do título, podemos classificá-la, segundo Genette, como: *temática*, quando designa de que fala o livro; *genérica*, ao indicar o gênero; *remática*, quando fala do texto enquanto texto. Os intertítulos são títulos que afetam o texto como qualquer título remático ou temático. Nos intertítulos podem-se analisar a enunciação, a duração, a variação, o lugar, os índices.

A *dedicatória*, praticada desde a Antiguidade Clássica, é um outro tipo de paratexto. Numa leitura, podemos observar: o lugar, o momento — primeira publicação ou posterior —, a duração, a substância — individualizada ou não. Quanto ao seu estatuto pragmático, a dedicatória pode ter como destinatador: o autor, o tradutor ou o editor; e como destinatário: um indivíduo, uma sociedade, um país. . .

A *epígrafe*, mais recente do que a dedicatória, só surge no século XVII com as *Maximes* de La Rochefoucault, em 1674. A epígrafe apresenta um caráter de citação e, quanto à atribuição, pode ser: alográfica — o nome do autor é dado; anônima; anônima, mas autográfica, autográfica. Convém observar que se na dedicatória temos a concorrência de dois destinatários; na epígrafe, a de dois destinadores-autores. A função da epígrafe pode ser a de: comentar o texto, fazer pensar — mesmo que não se saiba bem sobre o quê.

O *prefácio* é definido, provisoriamente, por Genette, como textos liminares no início ou no fim do volume de destinatador oficial, autoral ou alográfico. No que se refere às características da instância prefacial, devemos investigar: 1. o *estatuto modal* dos prefácios, isto é, verificar *como* o prefácio se apresenta: em prosa discursiva, versos, diálogos, em forma de peça de teatro, totalmente em modo narrativo — relatando as circunstâncias da escrita, 2. a *localização da instância prefacial* que se apresenta quase sempre no início, mas que pode às vezes aparecer no final como prefácio — por exemplo, Walter Scott em *Warweley* (1814); 3. o *momento do seu surgimento*. Podemos considerar 4 momentos significativos: 1. *original*, surge na primeira edição, em volume, ao mesmo tempo que o texto; *ulterior*, aparece um certo tempo depois da primeira edição, mas não muito distante, quase sempre na segunda edição; *tardio*, isto é, pré-póstumo; 4. *póstumo*, nesse caso, sempre alográfico. Quanto à duração, os prefácios podem: desaparecer, ser substituídos, coexistir, desaparecer e ressurgir — por exemplo, em uma edição crítica em que todo o paratexto é reunido —, ou sofrer transformações. Observa-se que o momento influencia o lugar do prefácio, pois algumas edições obedecem à cronologia, enquanto que outras colocam os mais recentes no início. 4. a *determinação do destinatador* remete à pergunta: quem fala no texto? Trata-se de uma questão complexa que exige, segundo Genette, uma tipologia combinatória que considere a relação do destinatador com o texto — autoral, alográfico, actorial — e em relação à verdade — autêntico, fictício, apócrifo. Essas seis grandes categorias não são definitivas e devem ser nuançadas (1).

Henri Mitterand, em "la préface et ses lois: avant-propos

romantiques" (2), afirma que "o prefácio do romance, no século XIX, é um documento sobre a teoria do gênero romanesco. Mas ele é também um gênero de discurso: o discurso prefacial, assim denominado não por amor aos neologismos e à metalinguagem, mas porque ele tem características lingüísticas específicas" (p. 21). Em sua "lingüística do prefácio", o Autor, partindo da definição de discurso proposta por Emile Benveniste (3), afirma, primeiramente, que o prefácio apresenta todos os traços do discurso, isto é, todo o tipo de enunciado em que alguém se dirige a outro e organiza o que diz na categoria da pessoa. O estudo do prefácio pode começar, assim, pela análise das relações de pessoa: eu/tu/ele. A primeira pessoa pode ser expressa por um nós, mascaramento do eu, ou por uma terceira pessoa postíça. Em alguns casos, ao contrário, existe uma hipertrofia do eu. O que se deve observar é que seja qual for a sua modulação o eu está sempre presente, sustentando a fala de um indivíduo e/ou de um grupo. O tu do leitor, destinatário do prefácio, pode se fazer presente explícita ou implicitamente. A terceira pessoa, por sua vez, é empregada de forma múltipla: ela pode remeter tanto à literatura e às suas espécies, como à crítica e à sociedade. É interessante observar que o estudo dessas relações de pessoas constitui um primeiro passo obrigatório à uma sociocrítica: a população do prefácio relaciona-se diretamente com a formação e a transmissão da ideologia.

Uma segunda estrutura a ser analisada é a das relações de tempo. Sendo o prefácio sempre, na realidade, um posfácio, o seu sistema de tempo se articula ao redor do presente, seja o presente da escrita, ou um presente perfeito designando a obra como um todo acabado, ou ainda um presente engajando o futuro imediato. Segundo Mitterand, "o prefácio capta a literatura como a consequência necessária de um todo acabado e o modelo de um devir" (p. 23).

Devemos observar, em um terceiro momento, a abundância de dêiticos e de modalizadores em todo texto prefacial. Os primeiros indicam o *aqui* e o *agora*; os outros são termos que exprimem a tomada de posição do enunciatador em relação ao objeto de seu enunciado.

A esses três elementos acrescenta-se a articulação retórica do discurso prefacial que deve também ser objeto de estudo. Segundo Mitterand a regra lógica, a disposição retórica que governa a produção do discurso prefacial é mais ou menos construída a partir do seguinte modelo: do conceito de maior extensão (a sociedade) ao de menor extensão (*este romance*). A obra é considerada uma peça na hierarquia lógica, que subordina a literatura à sociedade. O prefácio é, assim, um receptáculo natural da ideologia.

Quanto ao estatuto do destinador, Mitterand afirma, em "Le discours préfaciel", que se o romance e seu prefácio têm um mesmo signatário, "trata-se do mesmo personagem, mas não da mesma situação de comunicação, isto é, nem da mesma situação de enunciação, nem do mesmo enunciado" (3). Segundo o Autor, o romance é um discurso sem sujeito sobre o mundo e o prefácios um discurso de escritor sobre a literatura.

Claude Duchet, em "L'illusion historique: l'enseignement des préfaces (1815-1832)", utiliza os prefácios para estudar as regras do romance histórico. Para Duchet, os prefácios são uma "matéria prefacial" que pode também estar distribuída nas notas, na dedicatória, na epígrafe, no segundo título e no subtítulo, nos capítulos introdutórios e conclusivos e, finalmente, no próprio texto, sob a forma de discurso do narrador. Esses prefácios acentuam a "unidade contraditória de um campo intelectual, a decalagem entre as formas e conceitos", em resposta a uma expectativa social.

Considerado como um tipo de intervenção do autor para dirigir a recepção de sua obra, o estudo atento dos elementos constitutivos do aparelho liminar podem ser considerados em termos de uma estética da recepção. Dentro dessa perspectiva, é possível uma classificação funcional de prefácios: os polêmicos que têm como destinatário principal a crítica; e os pedagógicos/didáticos cujo destinatário principal é o leitor em geral. Cada uma dessas categorias possuem estratégias específicas a serem consideradas.

O que acabamos de expor nada mais é do que um breve apanhado do campo de investigação que o aparelho liminar pode oferecer ao pesquisador. A quantidade considerável de informações nele presentes, sobre as intenções, idéias do autor, sua visão de mundo e sua concepção da arte, devem, entretanto, ser comple-

tadas com a ajuda de outros textos onde o autor fala de sua obra, de outros autores ou da arte em geral, pois não devemos esquecer que as asserções sobre a obra e a arte em geral feitas em um prefácio servem em primeiro lugar para justificar e defender a ideologia e a estética da obra em questão.

NOTAS

1. O que foi aqui exposto são notas colhidas nos seminários de Gérard Genette, ocorridos na École de Hautes Études en Sciences Sociales, em Paris, de novembro de 1984 a fevereiro de 1985.
2. MITTERND, Henri. "La préface et ses lois: avant-propos romantiques", in: *Le discours du roman*. Paris, PUF, 1980, p.21-34.
3. "Le discours préfaciel", in: *La lecture sociocritique du texte romanesque*. Toronto, S. Stevens, Hakkert and Co, 1975, p.3-13.
4. DUCHET, Claude. "L'illusion historique. L'enseignement des préfaces (1815-1832)", in: *Revue d'histoire de la France*, LXXV (2-3),